

OS ATAQUES ÀS CIÊNCIAS HUMANAS CONTINUAM. ATÉ QUANDO?

Por Márcio Pheper (CEP) e Geraldo Balduino Horn (NESEF)

A reiterada depreciação do governo federal às Ciências Humanas e o total desrespeito às instâncias de poder, democraticamente construídas ao longo da história (como é o caso das eleições para reitor nas universidades públicas federais), caminham a passos largos rumo à necropolítica – negação e destruição do debate público, republicano e democrático.

Os constantes ataques desferidos às Ciências Humanas, em especial à Filosofia e à Sociologia, durante esses sete meses de governo, revelam a profunda ignorância do presidente da república e do ministro da educação quanto à função das Ciências Humanas e à sua importância em um Estado Democrático de Direito e em uma sociedade marcada por profunda desigualdade social, econômica e cultural. Essa falta de conhecimento sobre a realidade educacional é inadmissível e injustificável, tratando-se de autoridades legalmente constituídas que precisam atender demandas decorrentes de uma sociedade marcada por contradições sociais de toda ordem.

O ministro Abraham Weintraub afirmou, várias vezes, que retirará recursos das faculdades, especialmente dos cursos de Filosofia e de Sociologia. Em sua estreita visão, seriam esses cursos destinados apenas “para pessoas já muito ricas, de elite”, sendo, então, necessário investir “em áreas que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina”. Essa narrativa evidencia ações institucionais que intencionam sonegar uma formação crítica e consistente à população brasileira, promovendo ainda mais o processo de alienação política – resultando em negação do debate público e democrático dos problemas sociais.

Nesse curto período de gestão, já ouvimos o presidente afirmar que o seu sonho seria a não preocupação da juventude com política e diversas outras posições de cunho religioso, o que deixa transparecer a visão ideológica e totalitária do grupo que se instalou em Brasília em janeiro de 2019. O fio condutor que norteia todos esses ataques é a tentativa de destruição da crítica em detrimento de uma doutrinação acéfala, visa eliminar o contraditório. Com a negação da política à juventude, com o ensino doméstico (homeschooling), com o afrouxamento das leis de trânsito e ambiental, entre outros absurdos, fica evidenciada

a tentativa do governo de promover a manutenção do pensamento único e mítico.

Dessa forma, os ataques às Ciências Humanas devem ser compreendidos no contexto da estratégia governamental da necropolítica – poder autoritário que visa impor unilateralmente uma narrativa sem sustentação científica e acadêmica, a qual não consegue se sustentar diante do complexo sistema que constitui a teia social e cultural das sociedades contemporâneas. Compreendemos, em contrapartida, que os conhecimentos filosóficos, sociológicos e humanos de uma maneira geral não são doutrinários, e os conceitos que partilhamos com nossos alunos são referendados por uma comunidade científica internacional diversa, sendo assim um direito inalienável de todo cidadão. Isso em nada se opõe à formação de médicos, engenheiros, veterinários; ao contrário, pois essas profissões também utilizam o conhecimento social e humano. Portanto, tanto o presidente quanto o ministro da educação, ao atrelar cortes na área das Ciências Humanas com investimentos nas demais áreas, estão

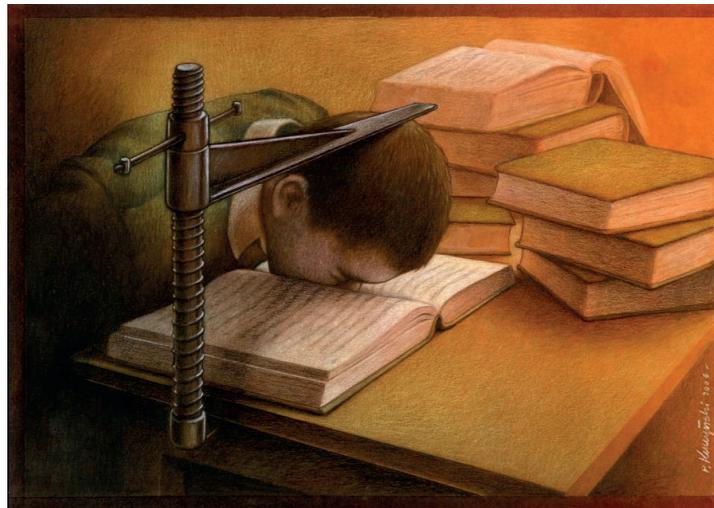
incorrendo em sofisma. Coisa que, por suas repúdias, nunca entenderão, visto ser um objeto de estudo da Filosofia – a lógica.

As afirmações revelam profundo desconhecimento, na medida em que se defende que na formação de enfermeiros, médicos, veterinários não há estudo de conteúdos filosóficos, como, por exemplo, a bioética. Quanto à afirmação do ministro Abraham, chancelada pelo presidente, de que os cursos de Filosofia e de Sociologia seriam “para pessoas já muito ricas, de elite”, a única resposta cabível, peremptoriamente, é que se trata de uma grotesca *mentira*. Desafiamos o

senhor ministro e o presidente a apresentar um estudo científico que legitime essa afirmação.

Em suas *justificações*, o ministro toma como referência a informação de que o Japão estaria fazendo movimento de igual natureza. Infelizmente para o ministro brasileiro, embora em 2015 o governo japonês tivesse *sinalizado* a ênfase na formação de áreas *estratégicas*, ocorreram mudanças reversas ao discurso. Por conseguinte, os *argumentos* apresentados pelo ministro da educação podem ser interpretados como fruto de ignorância ou má-fé.

O senhor presidente e sua equipe não conseguem governar, estão em constante campanha para criar inimigos e procurar fantasmas embaixo da cama. Geram atritos para fazer uma cortina de fumaça, buscando esconder o medo que têm. Demonstram-se despreparados, temem os questionamentos lógicos – próprio da Academia –, temem o conhecimento científico porque se sustentam num achismo próprio do senso comum em bases políticas, opondo-se ao contraditório por serem escravos da narrativa ignorante que os fez chegar ao poder.



Fonte: Pawel Kuczynski

O CONSUMO SELETIVO COMO ALTERNATIVA DE PRESSÃO SOCIAL

Por Valéria Arias (NESEF-UFPR)

Considerando a conjuntura política atual, a probabilidade de a maioria das crianças e dos jovens brasileiros morrerem na faixa dos quarenta ou cinquenta anos é muito maior do que a de se aposentarem na faixa dos sessenta ou setenta anos. Enquanto o leitor absorve as informações deste singelo jornal, algumas centenas de milhares de litros de veneno são despejados nas lavouras do país, outras centenas de milhares chegam aos mananciais e lençóis freáticos, e, pelo menos, quatro hectares do bioma amazônico são destruídos para o plantio de monoculturas para exportação ou para receber rebanhos bovinos – a média é de 19 hectares por hora, segundo os pesquisadores da ONG CEBDS, que é um núcleo formado por grandes empresas nacionais e transnacionais.

Ao mesmo tempo em que avança o *ecocídio*, o *genocídio* da população avança, firme e forte. A morte de brasileiros, desde que a população escolheu morrer como nação pelo voto livre e soberano, não só se dá pelo envenenamento e intoxicação (como demonstramos no Sísifo de junho), nem só pelo assassinato de indígenas, ecologistas e suas lideranças (são, em média, 5 mortes como essas por dia!), mas também pela miséria, desemprego, falta de assistência médica, exaustão. Bilhões de reais que deveriam ser destinados a políticas públicas são diariamente utilizados para favorecer o grande capital, sob aplausos de uma massa amorfa e bestializada, que há menos de cinco anos ainda podia ser chamada de povo.

Como chegamos a esse cenário de total desesperança já sabemos. Sair dele, agora, é quase impossível. Se considerarmos a combinação perversa da paulatina quebra das proteções trabalhistas com o rápido fim da seguridade social, entendemos a razão de, todos os dias, milhares de pessoas passarem a sobreviver na informalidade. Quando isso não é possível (o que para muitos não é), as ruas e as marquises ganham novos moradores. Estima-se que a população de rua seja de meio milhão de pessoas, que lutam para seguir existindo, embora o Estado e a grande mídia insistem para que o IBGE não os inclua no censo de 2020. Na outra ponta, não há movimentos de resistência organizados e o que chamamos de esquerda está tão perdida e apática – ou, na pior das hipóteses, tão só interessada em manter sua própria “reserva de mercado” nos quadros institucionais –, que se gasta mais tempo em guerra semiótica nas redes sociais do que propondo alternativas. Aliás, é duro, mas necessário, admitir que a responsabilidade pela atual crise recai, também, no campo progressista.

Partindo do pressuposto que só quando a crise econômica tornar-se insustentável poder-se-á pensar em movimentos de resistência (pois literalmente não haverá, então, nada a perder), é possível, para os que ainda podem escolher o que consomem, encarar o ato de consumo como instrumento de pressão política. Estamos falando de consumo seletivo e mínimo, não

porque acreditamos que seja uma alternativa ao sistema – pois seria ingenuidade –, mas, sim, por ser uma forma simples e, até certo ponto, eficaz de resistência silenciosa e pacífica. Ao preferir alimentos orgânicos, por exemplo, a saúde do corpo será diretamente beneficiada, pois os efeitos a curto e a longo prazo dos colossais 7,5 litros de agrotóxicos que os brasileiros, em média, ingerem ao ano são devastadores, já tendo sido largamente relatados pela literatura médica séria e independente.

Com semelhante efeito, comprar dos pequenos comerciantes, preferir produtos artesanais aos industriais, evitar marcas dos grandes conglomerados etc. contribui para fortalecer os grupos econômicos mais vulneráveis, protegendo-os da pseudoconcorrência neoliberal, visto que os “grandes” tendem a unir-se na exploração dos mercados e das pessoas. Aos leitores que concordam com essa visão e estão dispostos a contribuir e espriar esta causa, em nome do *Coletivo de Pesquisadores e Apoiadores do NeseF UFPR*, damos destaque a atitudes mais conscientes, tais como:

1. Consumir alimentos orgânicos e produtos vindos da agricultura familiar. Em praticamente todas as cidades, há feiras de orgânicos; como alternativa para os que têm maior concentração de venenos, sobretudo os cereais, ou seja, arroz, feijão e produtos à base de trigo e soja. Nota: não acredite que apenas lavar vegetais retira o veneno dos alimentos, pois o tóxico alimentar está no nível celular;

2. Há muitos produtos de limpeza de pequenas indústrias e/ou artesanais, vendidos em galões. São econômicos, eficazes e podem ser comprados em grupos e, depois, fracionados. A economia proporcionada nesse setor pode ser investida nos alimentos orgânicos;

3. Evitar grandes lojas e magazines; fomentar pequenos comerciantes locais. Embora saibamos que a maioria deles apoia a política econômica que os levará à falência, são preferíveis aos trustes do varejo;

4. Como não podemos nos livrar dos bancos, é indicado manter uma conta básica;

5. Há brechós de roupas, sapatos, brinquedos. Quando necessitar de algo específico, recorrer a esses estabelecimentos;

6. Analisar o consumo de TV por assinatura e telefonia celular. É sempre possível negociar ou diminuir pacotes, cortando itens desnecessários;

7. É possível organizar clubes de trocas de serviços, hortas comunitárias, festas solidárias, saraus de poesia, mutirões entre amigos. O convívio social também se fortalece;

8. É possível elaborar e circular listas de sugestões de consumo locais. Nas grandes cidades, como Curitiba, por exemplo, há redes de compras de produtos orgânicos, oriundos da agricultura familiar e de assentamentos da Reforma Agrária;

9. É possível consertar o que se quebra ao invés de descartá-lo. A crise já nos tem levado a isso. Proliferam serviços de consertos de móveis e eletrodomésticos;

10. Diminuir, quanto possível, o consumo de fármacos. É preciso entender que as indústrias de agrotóxicos e de medicamentos são associadas, muitas vezes, ao mesmo conglomerado. A lógica disso é clara: lucrar na promoção da doença e na tentativa de cura. É bom analisar a real necessidade desses produtos.

O QUE É ISTO, O RADICALISMO?

Por Gustavo Fontes (Nesef/G-Filo)

Entendo por Radicalismo, além do proverbial “ir às raízes dos problemas” de Marx, a atitude corajosa de estabelecer princípios. Sobretudo, a atitude ainda mais corajosa de dizer *não* à inércia social, na qual fomos lançados política e historicamente. Se quisermos tirar alguma lição política da crescente onda fascista que nos assola, é fundamental perceber que o atual cenário expõem as vísceras de todas as tentativas de conciliação que não questionam a estrutura segregacionista, desigual e violenta da nossa sociedade.

A grande dificuldade, a maior dificuldade, a verdadeira esfinge do pensamento de esquerda – não apenas brasileiro, mas global – é encontrar um ponto firme de apoio, a partir do qual seja possível pressionar a sociedade capitalista de consumo rumo a mudanças estruturais. É preciso, para isso, uma boa dose de radicalismo para ser capaz de dizer *não à racionalidade do aparato* (Marcuse), que nos envolve. Isso porque tudo nos é apresentado como sendo uma fatalidade inalterável, como se esta sociedade em que estamos, desigual, violenta e excludente, fosse o cume da evolução humana. Ou, para outros, o melhor denominador comum para lidarmos com os desejos e ansiedades humanas, ou ainda qualquer outro tipo de justificações metafísicas: para a repressão (o homem é o lobo do homem, de Hobbes), para o consumo (a propensão à barganha, de Smith).

Pensando a partir de Rosa Luxemburgo, é importante compreender que na sua fórmula *socialismo ou barbárie* está implícito que a *social-democracia*, toda ela, ao não questionar a estrutura da sociedade capitalista, é administração da Barbárie. Sobretudo, que o Capitalismo é barbárie.

Neste caminho, da tomada de consciência da situação de opressão política, econômica e ideológica, cujo resultado lógico é a radicalização do pensamento, Paulo Freire é o grande guia (ninguém se engane com a imagem de velhinho magro de óculos protuberantes, pois Freire está entre os mais robustos revolucionários do século XX); ele nos alerta de que algumas ponderações são imperativas. Entre essas, deve constar, em primeiro plano, a diferenciação entre radicalização e fanatismo. Isso porque podem parecer próximas em um primeiro olhar desavisado, mas são contundentemente opostas. Pelo simples fato de que possuir princípios não quer dizer ter verdades prontas. Ou seja, o radical, mesmo bem fundamentado em questões éticas, sempre está aberto ao diálogo, atento ao contraditório, para melhor forjar seus próprios argumentos e, então, melhor agir. Já o fanático, religioso ou político, de direita ou de esquerda, tem como traço característico o bloqueio dialético, a impossibilidade de repensar suas ações quando em contato com o mundo.

Ao propor a radicalidade como uma dimensão perdida ou tirada de perspectiva pela esquerda brasileira, penso em

questões muito concretas. Entre as quais, por exemplo, a falta de trabalhadores nos grupos de estudos da “*intelligentsia*” universitária ou acadêmica; não apenas seus temas e problemas, mas pessoas de fato, de carne e osso. Simplesmente, ser radical é exigir a presença de pessoas da classe trabalhadora em todos os espaços de construção de conhecimento; mais do que isso, dar-lhes voz. Ouvi-las.

Nesse sentido, pensando historicamente em termos conjunturais, entendo que o último grande movimento radical de esquerda no Brasil foi *as ocupações das escolas públicas pelos secundaristas* em 2016. Um movimento de base, espontâneo, criativo e radical, que foi capaz de levantar pautas importantíssimas negligenciadas pela esquerda tradicional e de repensar várias práticas organizativas, em termos da pluralidade, de revezamento de lideranças e da horizontalidade na tomada de decisões por assembleias; demonstrou, sobretudo, o protagonismo dos filhos da classe trabalhadora.

Qual foi, depois de tudo, a resposta institucional que receberam? Observe-se que não estou falando dos governos, federal e estaduais, que, gozando do *monopólio legítimo da violência*, quiseram retirar os jovens de lá à força. Refiro-me à resposta institucional da esquerda, de seus partidos e sindicatos. O sindicato de professores do Paraná, por exemplo, simplesmente suspendeu a greve quando os estudantes e o próprio ideário da esquerda brasileira mais precisavam de apoio; em um exemplo claro de que a maioria dos sindicatos estão carcomidos pela social-democracia, só enxergam pautas econômicas, não políticas.

Ser radical é não deixar de perceber toda a barbárie que nos cerca e questionar a “racionalidade” deste sistema que nos oprime, que oprime a humanidade. Fundamental é não deixar de acreditar na construção de um mundo socialmente justo e ambientalmente responsável, questões essas que já se mostraram historicamente incompatíveis com a dinâmica cancerígena da sociedade capitalista.

A possibilidade de escolha do indivíduo não é o fator decisivo na determinação do seu grau de liberdade, mas sim o que pode ser escolhido e o que é escolhido pelo indivíduo.

Herbert Marcuse

POR UMA VIDA ALTERNATIVA, UMA EXISTÊNCIA LIVRE E UMA CONSCIÊNCIA LIBERTA

Por Laersio Falcade (Nesef-G-Efil) e Elisane Fank (CEP)

Em tese, concebe-se que não há mudança de valores sem uma consciência filosófica; uma dada consciência deve se objetivar na realidade e na existência como princípio e concepção de mundo. Na sua concretude, quando isso ocorre, transcendemos o discurso e as narrativas, construindo outros valores e significados na e sobre a existência.

Que consciência e que existência persigo há mais de 30 anos? Por quê?

No curso de Filosofia no Seminário, por contradição, garimpei uma teoria filosófica subversiva e emancipadora; outra possibilidade de vida e existência que pudesse ser livre, liberta e factível. A vida do seminarista, embora aparente ser enclausurada, é fecunda e permite inimaginável criação de outros valores. Se de um lado parece-nos restritiva, liberta-nos da moral do rebanho; se parece-nos opressora, por contradição, liberta-nos da opressão exercida pelos significados e valores impostos pelo sistema da mercadoria e do consumo. Entendi que não há vida sem liberdade, e não há liberdade possível na “sociedade administrada” – tal qual define o filósofo alemão H. Marcuse – senão indo além de seus valores. A filosofia – a que concebo – objetiva-se na práxis, transcende os discursos e se materializa em uma vida alternativa. Na busca pela consecução desta vida, concebi que não há muitos caminhos para percorrer; o único encontrado foi viver na contramão dos valores aculturados pelo sistema econômico, social e religioso. Nesse sentido, construir outros valores e cultura pressupõe uma consciência filosófica.

Viver e consumir carregam consigo o seu contraditório. Isso significa uma concepção de mundo que se objetivou na minha existência em dimensões inseparáveis: 1 – uma mudança total nos padrões de necessidade, de consumo e de criação; 2 – a concepção de uma nova experiência estética; e 3 – a libertação das representações e valores institucionais artificializados.

Uma vida alternativa consiste em conceber o humano como uma totalidade em si. Nessa relação, a unidade inseparável entre o ato de viver e produzir desenvolve uma nova consciência humana pautada na unitariedade possível entre o fazer, o pensar e o criar. Pressupõe-se, assim, não apenas a transvaloração em relação aos padrões da sociedade do consumo, mas a criação de outras necessidades, mais existenciais

do que comerciais, por onde se produz, na medida do possível, o que se utiliza.

Contudo, isso significa outra experiência estética. Uma casa de paralelepípedo pode parecer bem mais pitoresca e original a um *existencialista* do que confortável a um homem moderno. Trabalhar menos, consumir apenas o necessário para construir significados reais, colher o que se come e preparar a própria refeição – fazendo dela momentos idiossincráticos, pode dar outro significado, não somente ao alimento, mas também ao tempo e ao trabalho. Vale lembrar ainda, segundo o filósofo de Frankfurt, que o trabalho alienado oprime e assassina a existência, o tempo e o humano em si.

Se para Marx, o trabalho é princípio educativo, vale destacar que esse trabalho não pode ser aquele que produz riqueza para a sociedade e que expropria o humano de sua condição de humanidade. O trabalho criador produz outro significado na existência: o tempo demandado por ele é o tempo das relações humanas e da criação.

Por fim, além de outra consciência que não a forjada pelo “reino da necessidade” e pelos padrões de consumo, além de outra experiência estética que não a reificada pela sociedade administrada, uma *vida alternativa* não pode estar descolada de uma existência desigual. Esta requer o necessário abandono da moral tradicional e da moral do rebanho, o abandono dos valores religiosos e suas prescrições institucionalizadas, requer que se aspire uma nova hierarquia de valores: a ideia de que a vida é finita.

Uma vida alternativa está integrada à natureza – e não à criação de valores metafísicos que dão outro sentido a ela –; à convicção de que sem liberdade não há vida; à abdicção de valores sociais institucionais compreendidos como projeto de realização, tal qual o de necessariamente constituir família, casamento e filhos, conseguir um emprego, seguir a verdade e a mentira, morrer e ir para o céu. Portanto, uma vida alternativa pressupõe vislumbrar uma existência que esteja transposta ao bem e ao mal, ou seja, que esteja para além do bem e do mal, como diria o filósofo alemão F. Nietzsche.

Há 30 anos, para além da teoria, persigo e vivencio a Liberdade como transmutação dos valores e criação de outros que expressam uma concepção de mundo, de existência, de consciência filosófica e de humanidade.

Participe do Jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexsander Machado
Revisão e diagramação: Bardo Revisão (bardo.revisao@gmail.com)

